



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27/04/2015
(Contém folhas)

ATA Nº 12

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Tânia Cristina Ramos Matos Cruz	(PSD)
Vereador:		

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereadores:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 27/04/2015

ATA Nº 12

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves e Tânia Cristina Ramos Matos Cruz.-----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparecimento do Sr. Vereador Carlos Manuel Nunes Alegre, por motivos de ordem profissional. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 13 de abril de 2015 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

TOMADA DE POSSE

----- Em conformidade com o disposto no artigo 76º e seguintes da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações dadas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, procedeu-se à formalização da tomada de posse para o cargo de Vereadora da Câmara Municipal, da cidadã Tânia Cristina Ramos Matos Cruz, casada, portadora do Cartão de Cidadão nº 134904907 ZY6, natural de Janeiro de Baixo e residente em Vidual, eleita para aquele órgão do Município por sufrágio universal e direto, em ato realizado no dia 29 de setembro de 2013. Verificada a conformidade formal do processo e após ter prestado juramento legal, o Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Pacheco Brito Dias,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

declarou-a investida nas suas funções, do que, para constar, se lavrou ata de tomada de posse, que se encontra anexa à presente. -----

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro - Voto de Agradecimento

----- Foi presente uma carta da Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, a comunicar que, em Assembleia Geral ordinária daquela instituição, realizada no passado dia 03 de abril, por proposta da Direção e expresso no seu Relatório e Contas de 2014, foi aprovado, por unanimidade um voto *"de agradecimento à Câmara Municipal, pela excelente colaboração que sempre se dignou dispensar-nos, nomeadamente ao seu digníssimo Presidente"*.---

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.1.2 - Convite para visita ao Parlamento Europeu

----- Foi presente um ofício do Dr. Fernando Ruas, Deputado do Parlamento Europeu, a formular um convite ao Sr. Presidente da Câmara, José Brito, para integrar uma comitiva de autarcas do PSD de visita ao Parlamento Europeu, a ter lugar entre os dias 13 e 15 de junho, 0 em Bruxelas. A referida visita tem por objetivo proporcionar ao conjunto de autarcas do PSD da região centro a oportunidade de conhecer mais de perto o funcionamento do Parlamento Europeu, bem como do seu trabalho como Eurodeputado.

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o Sr. Presidente da Câmara a ausentar-se a fim de participar na referida visita ao Parlamento Europeu, no período mencionado. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

SUSPENSÃO DE MANDATO

- Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé

----- Foi presente um requerimento subscrito por Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, Vereadora da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, com o registo nº 1833, de 21 de abril de 2015, do seguinte teor: -----

----- *" Considerando que nos termos da alínea q) do nº 1 do artigo 5º do Estatuto dos Eleitos*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Locais – aprovado pela Lei nº 29/87, de 30 de junho com as alterações constantes das Lei nº 97/89 de 15 de dezembro, nº 50/99 de 24 de junho, nº 86/2001 de 10 de agosto, nº 22/2004 de 17 de junho e 52-A/2005 de 10 de outubro, os Eleitos Locais usufruem de todos os direitos previstos na legislação sobre proteção à maternidade e à paternidade. -----

----- Considerando que de acordo com o preceituado nos nºs 1 e 3, alínea b), do artigo 77º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na sua atual redação, o exercício dos direitos de maternidade é motivo de suspensão de mandato dos órgãos das Autarquias Locais; -----

----- Considerando que o gozo de licença de maternidade se iniciou a 14 de abril corrente e terminará a 11 de agosto do ano em curso (período de 120 dias). -----

----- SOLICITO -----

----- Que seja deferido o pedido de suspensão de mandato pelo motivo ora exposto a V.Exª e pelo prazo atrás mencionado. Paços do Município, 15 de abril de 2015. – A Vereadora, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé (assinatura)”. -----

----- Face ao exposto, a Câmara Municipal, de acordo com o nº 2 do artigo 77º da Lei nº 5-A/2002, de 18 de setembro, deliberou por unanimidade deferir. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 23 de abril de 2015, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.539.420,50 € (Um milhão quinhentos e trinta e nove mil quatrocentos e vinte euros e cinquenta cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 183.933,29 € (cento e oitenta e três mil novecentos e trinta e três euros e vinte e nove cêntimos), num total 1.735.352,15 € (um milhão setecentos e trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e dois euros e quinze cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Parecer do Revisor Oficial de Contas

----- Nos termos da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro de 2013, foi presente o parecer emitido pelo Revisor Oficial de Contas, Cruz Martins, Unipessoal, Lda, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sobre os documentos de prestação de contas do Município



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

de Pampilhosa da Serra, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2014. -----
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.2.2 - SECRETARIA

2.2.2.1 - Fábrica da Igreja de Pampilhosa da Serra

- Festejos Tradicionais em Honra de Santo António
- Pedido de Isenção do Pagamento de Taxas

----- Foi presente uma carta da Fábrica da Igreja de Pampilhosa da Serra, a solicitar a isenção das taxas devidas pelo Licenciamento de Ruído, para o evento que vai levar a efeito, Festejos Tradicionais em Honra de Santo António, nos dias 13 e 14 de junho junto à capela do referido Santo, na Vila de Pampilhosa da Serra. -----

----- Relativamente ao assunto em apreço, foi presente uma Informação do Serviço de Secretaria no qual dá parecer favorável, tendo por base o articulado do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, contudo, submete à consideração superior. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2.2 - Grupo Unidos e Progresso de Gralhas

- Abastecimento de Água

----- No seguimento do que a Lei impõe, foi presente uma carta do Grupo Unidos e Progresso de Gralhas, datada de 17 de abril de 2015 a formalizar a entrega do sistema de abastecimento de água da povoação de Gralhas ao Município de Pampilhosa da Serra.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

- 2.3.1 - Indemnização pela Ocupação de uma Parcela de Terreno de 397 m2, sita no Lugar denominado "Ponte Covilhã" - Pampilhosa da Serra.**



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- Proposta do Senhor Presidente: -----
- Tendo em conta o investimento já efetuado por este Município, no que concerne à criação das infraestruturas necessárias à construção de um Parque/Terminal destinado a Auto Caravanas, a construir na zona da Ponte Covilhã, constata-se que, para o seu bom funcionamento, é necessário criar melhores vias de acesso, alargando a estrada, por forma a facilitar as manobras das viaturas, sem prejudicar o tráfego normal da via pública; -----
- Assim, efetuado que foi, o levantamento topográfico da área necessária à obra a efetivar pelo Município de Pampilhosa da Serra da Serra, o qual se anexa à presente, considera-se necessário indemnizar o Senhor **António de Almeida Alves** e mulher **Maria Nunes Alves**, casados no regime da comunhão geral de bens, contribuintes fiscais nºs 116.556.404 e 117.747.653, respetivamente, titulares ele do Cartão de Cidadão nº 00408707 0 ZY7 - válido até 05/09/2018 e ela do B.I nº 1626950, emitido em 20/03/2003, pelos SIC de Coimbra, pelo valor acordado de **3.046,98 € (três mil e quarenta e seis euros e noventa e oito cêntimos)**, devido pela ocupação de uma parcela de terreno, com a área de 397,00 m², a qual faz parte do artigo rústico nº 12.030, sito em Ponte da Covilhã, na freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra e que se destina a integrar o Domínio Público Municipal, mais concretamente, o alargamento da estrada de acesso ao referido Parque. -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.2 - Pedido de Prorrogação de Prazo para efetivação do arrendamento da Fração C do Pavilhão sito na Zona Industrial de Portela de Unhais / Requerente: Lucília costa Pereira Isidoro

- Deu entrada nos Serviços da Autarquia, em 15/04/2015, com reg. Nº 1739, um requerimento subscrito por Lucília Costa Pereira Isidoro, onde a mesma solicita a prorrogação do prazo para a concretização do arrendamento da Fração C do Pavilhão sito na Zona Industrial de Portela de Unhais.-----
- Apreciado o conteúdo do requerimento, tendo em consideração o constante na informação dos Serviços Jurídicos, a qual se dá por integralmente reproduzida para os devidos e legais efeitos e se anexa à ata da presente reunião, bem como os demais documentos constantes no processo administrativo em causa, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade indeferir o pedido, tendo em conta o incumprimento do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

prazo estipulado nas Normas de Utilização e Arrendamento das frações do Pavilhão em questão, aprovadas em reunião de 28/05/2013, por parte da requerente. -----

----- Mais deliberou, por unanimidade, revogar as deliberações tomadas em reunião de 09/12/2014 e em reunião de 12/01/2015, relativamente à adjudicação do arrendamento da fração em questão, cessando, pois, os seus efeitos, por razões que se prendem com o incumprimento dos prazos por parte da requerente. -----

----- Mais determinou a notificação à requerente da deliberação ora tomada. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.3 - Grupo Motard Zangões do Asfalto

- 7º Encontro Motard, 17, 18 e 19 de julho de 2015 - Casal da Lapa

- Protocolo de Colaboração

----- Na sequência do pedido de apoio formulado pelo Grupo Motard Zangões do Asfalto, através de e-mail, com o registo de entrada nº 1670, datado de 08-04-2015, foi presente a minuta de um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Grupo Motard Zangões do Asfalto e o Município de Pampilhosa da Serra, que tem por objeto a atribuição de apoio financeiro no valor de 7.500,00 € (sete mil e quinhentos Euros) ao Grupo Motard Zangões do Asfalto, destinado a participar a realização do VII Encontro Motard em Casal da Lapa, concelho de Pampilhosa da Serra, nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2015. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, e tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar o referido Protocolo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - OBRAS PARTICULARES

3.1.1 - Licenciamento de Instalação e Funcionamento de Recinto de Festas em Pampilhosa da Serra - Pedido de isenção de taxas

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- *A Fábrica da Igreja Paroquial de Pampilhosa da Serra, contribuinte nº 501 896 678,*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

representada pelo pároco Orlando José Guerra Henriques, com sede na Rua Rangel de Lima, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, apresentou nos serviços do Município, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, por força da alínea c) do artº 8º do mesmo Regulamento, pedido para isenção de taxas, para o processo de licenciamento da Instalação e Funcionamento de Recinto de Festas em Honra de Santo António, a realizar nos dias 13 e 14 de junho do corrente ano, no local sito junto à capela do referido santo, no Bairro de Santo António, em Pampilhosa da Serra. -----

----- Ora de acordo com o que dispõe a alínea c) do artigo 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, as pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, administrativa, associações humanitárias, religiosas, culturais, recreativas, desportivas e sociais e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas, pelos atos e factos se destinam à realização dos seus fins estatutários, podem beneficiar de isenção total ou parcial do pagamento das taxas municipais. -----

----- Pelo exposto, considera-se que a mencionada instituição, Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pampilhosa da Serra, se encontra abrangida pelos condicionalismos previstos no articulado do Regulamento acima referido. -----

----- Mais se entende referir que o pedido de reconhecimento de isenção se encontra formalizado, de acordo com o nº 2 do artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, em vigor. Levo a presente situação à consideração de V. Exª." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - OBRAS PÚBLICAS

3.2.1 - Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Campo de Jogos de Pampilhosa da Serra_Obras Complementares

- Adjudicatário: Oliveiras, S.A

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---

----- " Em 21/04/2015 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº 254-43.000050-8 emitida em 14/01/2010 pela Caixa Económica Montepio Geral, no valor de 14.699,85 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária acima mencionada. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.2 – Aviso POVT-65-2014-88 – Contrato de Partilha de Poupanças Líquidas

----- Foi presente um ofício, proveniente da Direção Executiva do PNAEE – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, do seguinte teor: -----

----- Na sequência da decisão favorável de financiamento POVT-12-0765-FCOES-000015 – Execução de Medidas de Eficiência Energética_Reguladores de Fluxo, e tendo em consideração a obrigação de partilha de poupanças constantes no Aviso referido em epígrafe, que estabelece que o beneficiário deve entregar ao Fundo de Eficiência Energética um montante de partilha que não pode ser inferior a 50% do valor do montante de apoio comunitário concedido, vimos pelo presente remeter a minuta do Contrato de Partilha de poupanças líquidas para Vossa análise. (...) " -----

----- A Câmara Municipal, tomou conhecimento do teor da minuta do Contrato de Partilha de Poupanças Líquidas, que tem por objeto a fixação das regras de partilha de poupanças líquidas entre o Beneficiário e o FEE, nos termos estabelecidos no nº 2 do artigo 17º do Regulamento e na decisão de financiamento relativa à operação POVT-12-0765-FCOES-000015 – Execução de Medidas de Eficiência Energética_Reguladores de Fluxo, aprovado pelo POVT em 06/02/2015 e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para assinar. ---

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 – DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

4.1 - EDUCAÇÃO

4.1.1 – Pedido de Cedência de Utilização de Espaço, no Centro Educativo de Dornelas do Zêzere, para funcionamento de Ensino Pré-Escolar

----- Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Considerando que a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

veio solicitar a cedência, gratuita, de utilização de espaço, no Centro Educativo de Dornelas do Zêzere para afetar ao funcionamento do ensino pré-escolar daquela associação, que abrange crianças dos 3 aos 6 anos de idade, cuja gestão e responsabilidade, até por eventuais acidentes que possam vir a ocorrer, se compromete a assumir; -----

----- Tendo em conta que a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na freguesia de Dornelas do Zêzere, concelho de Pampilhosa da Serra, que presta apoio aos cidadãos na infância, na juventude, na velhice e na invalidez, através das suas valências, na perspetiva de melhorar a qualidade de vida daqueles que serve, prosseguindo, portanto, uma relevante função humanitária e social; -----

----- Considerando que a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário, considerando-se, pois, como uma fase fundamental do desenvolvimento pleno e integral das crianças; -----

----- É sabido que existe uma lacuna a este nível, no alto do concelho de Pampilhosa da Serra, e que a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, com vista a colmatá-la, abraçou um projeto de Ensino Pré-Escolar privado que acolhe várias crianças de zonas próximas da freguesia de Dornelas do Zêzere, mas distantes da sede de concelho, em funcionamento há já vários anos; -----

----- Tendo em conta que as instalações que compõem o Centro Educativo de Dornelas do Zêzere, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra, são de construção recente, com melhores condições físicas, integrando inclusivamente espaços devidamente individualizados e perfeitamente adequados ao acolhimento de crianças dentro daquela faixa etária; -----

----- E que o funcionamento do Ensino Pré-Escolar naquelas instalações facilitará a adaptação e integração das crianças à fase imediatamente seguinte – Escola Básica, contrariando a dicotomia privado/público e visando a implementação de um modelo sequencial de aprendizagem numa lógica de integração, também curricular, que permitirá a partilha de saberes e experiências e que possibilitará que várias atividades possam ser feitas em conjunto, cujo resultado será, com certeza, positivo e em benefício das crianças. -----

----- Face ao solicitado pela ASSDZ, atento o disposto no nº 2 do art. 235º da Constituição da República Portuguesa que refere que as Autarquias são “*personas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas*”, constituindo atribuições das mesmas a promoção e salvaguarda



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

dos interesses próprios das respectivas populações, designadamente nos domínios da educação e do património, atento o disposto no art. 2º e alíneas d) e e) do nº 2 do art. 23º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, constituindo também competência da Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal” referido na al. ee) do art. 33º do citado regime jurídico das autarquias locais e atento o disposto no art. 200º do Código do Procedimento Administrativo, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal, após apreciação, delibere: -----

----- 1 - Autorizar a cedência, atentos os fundamentos invocados no corpo da presente proposta, em regime de contrato de comodato, e nas condições fixadas na respetiva minuta que se anexa e cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido, dos espaços identificados na Planta anexa para que a A.S.S.D.Z. afete, exclusivamente, ao funcionamento do ensino pré-escolar, -----

----- 2 - Autorizar a A.S.S.D.Z. a utilizar, afetando ao funcionamento do ensino pré-escolar, pelo tempo de duração do contrato a celebrar, os bens móveis, que constituem património municipal e se encontram nos referidos espaços, discriminados também em anexo; -----

----- 3 - Designar Maria Raquel dos Santos Pereira, Técnica Superior, a quem competirá zelar pela boa execução do Contrato em questão; -----

----- 4 - Conceder-me os necessários poderes para outorgar o referido Contrato. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade: -----

----- 1 - Autorizar a cedência, atentos os fundamentos invocados no corpo da presente proposta, em regime de contrato de comodato, e nas condições fixadas na respetiva minuta que se anexa e cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido, dos espaços identificados na Planta anexa para que a A.S.S.D.Z. afete, exclusivamente, ao funcionamento do ensino pré-escolar, -----

----- 2 - Autorizar a A.S.S.D.Z. a utilizar, afetando ao funcionamento do ensino pré-escolar, pelo tempo de duração do contrato a celebrar, os bens móveis, que constituem património municipal e se encontram nos referidos espaços, discriminados também em anexo; -----

----- 3 - Designar Maria Raquel dos Santos Pereira, Técnica Superior, a quem competirá zelar pela boa execução do Contrato em questão; -----

----- 4 - Conceder os necessários poderes ao Senhor Presidente da Câmara para outorgar o referido Contrato. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




